

REDAÇÃO DA VISITAÇÃO PERMANENTE
RUA FERREIRA GOMES, 274
SÃO PAULO, JUNHO DE 1958

PORTUGAL democrático

REDAÇÃO: Rua Conselheiro Crispiniano, 379 — sala 601 — Telefone: 35-5322 — SÃO PAULO
ANO II — N.º 14 — SÃO PAULO, JUNHO DE 1958 — CR\$ 3,00

NESTE NUMERO:

- ☆ A Campanha Eleitoral dia a dia — paginas 4 e 5
- ☆ O Futuro Presidente da Republica, por Sarmiento Pimentel — pagina 5
- ☆ Delgado vai até o fim — pag. 6
- ☆ Desarmada a aviação militar portuguesa — pagina 7

A todos os portugueses da Metrópole e Ultramar

A proclamação do general Humberto Delgado a todos os portugueses da metrópole e do ultramar constitui um notável documento político — Lamentamos não poder dar na íntegra o seu texto do qual transcrevemos, no entanto, as passagens que nos pareceram mais significativas

Na primeira parte, subordinada ao título "Razões de uma candidatura", o gen. Delgado principia por afirmar:

"Cidadãos de todas as idades e de todas as correntes liberais anti-totalitárias, não só da Oposição declarada, como também dos próprios setores descontentes da Situação, informados da minha discordância nos últimos anos com as anomalias correntes do Poder e as limitações políticas a que, por tempo injustificado e absurdo, se tem submetido o Povo Lusitano, solicitaram de mim a aceitação da candidatura às próximas eleições presidenciais.

Fizeram-no, certamente, na convicção de que por ser militar, disciplinado e disciplinador, até ferido no combate contra a indisciplina, por ter sido um dos obreiros da falseada Revolução de 28 de Maio, e por possuir uma formação política, moral e religiosa que se torna penhor da necessária perenidade dos mais altos valores da Pátria e dos bons costumes da tradição portuguesa, eu poderia constituir como que o ponto de partida para a solução pacífica, ordeira e evolutiva das candentes contradições que há muito se geraram em Portugal e estão dividindo cada vez mais, irreconciliavelmente, a laboriosa família portuguesa."

E mais adiante:

"... e o País vive um ambiente propício a sectarismos, intrigas e insinuações, a represalias e atos discriminatórios, se é perigoso para alguém candidatar-se e se os portugueses têm medo de votar ou não creem na validade do voto — graves acontecimentos estão subvertendo o nosso querido Portugal e imperioso é que se tomem medidas salvadoras.

Por si e por todos alguém havia de aceitar o sacrifício de expor-se, nesta hora, às duras inclemências duma candidatura presidencial.

Em nome da Pátria me pediram. Em nome da Pátria aceitei.

De nada receio que me acusem; por nada me podem desonrar.

Oxalá, ao menos, como julgam aqueles que me apoiam, possa ser útil ao País a candidatura que aceitei."

Justifica em seguida, os motivos que o levaram a afastar-se progressivamente dos homens que realizaram o 28 de maio, movimento em que participara longe de pensar que era um introlto a 32 anos de ditadura. E acrescenta:

"Que está nas intenções do candidato, defender a estrutura social existente, dignificada e livre, e auxiliar a aplicação e desenvolvimento das idéias modernas de tipo cooperativo, pois creí firmemente que não são valores incompatíveis, ao contrário se prestam à elevação da Nação e dos seus filhos; que está nas intenções do candidato defender o regime republicano e, sem sofismas, reservas ou amputações, respeitar e fazer respeitar a Constituição vigente, enquanto a Nação não vir necessidade de livremente se decidir por outra, que com o mesmo zelo forçosamente haveria de ser respeitada.

E abordando o problema da «separação irreconciliável» da Oposição e da situação:

"Quero, finalmente, contrariar nesta proclamação certo conceito a que, por responsabilidade daqueles que fizeram da função ministerial profissão vitalícia, tem sido arrastada a opinião pública. Refiro-me à idéia de que entre a intransigência da Oposição e da Situação há um abismo tragico que só pode resolver-se pela luta violenta e implacável.

"É falsa, é perigosa a idéia, é inconsequente mesmo com a própria ética e os objetivos das eleições.

"O abismo tragico só se constituirá se a Situação telmar em impedir que o Povo eleja livremente os seus representantes decida por si os seus destinos.

"... Na dignidade e na seriedade das eleições, todas as contradições e problemas se podem solucionar pacificamente.

"Os soberanos direitos e anseios do Povo — e o Povo somos todos — exigem que o Poder se legitime e consagre por métodos analogos aos usados nas Nações Livres do Mundo.

"Continuando, o candidato independente às eleições presidenciais portuguesas de 1958 refere-se ao «carater intervencionista» da sua candidatura considerando «mais indicado do que nunca que se levem às urnas os eleitores para, em presença de fatos inofismáveis, fazer-se publicamente a prova real acerca da legalidade ou não legalidade das eleições». Referindo-se depois às diferentes formas de governo mostra-se adversario dos regimes totalitários. A sua frase «um poder que assente no uso imoderado da força e não no respeito dos direitos humanos desperta paixões e violencias que ao explodir tudo subvertem e nada constroem» é bem expressiva.

Ao concluir esse capitulo o gen. Delgado afirma:

"Quando uma Constituição diz que a «opinião publica é elemento fundamental da politica e administração do País», e um partido unico detem há 32 anos o Poder; quando a Constituição determina a realização de eleições e a legitimidade dos seus resultados é desassombadamente posta em duvida por insuspeitos e respeitáveis cidadãos; quando uma Constituição diz não poder haver prisão perpetua, e uma lei anticonstitucional a implanta; quando uma Constituição diz garantir-se a liberdade de reunião e expressão, e ela só se permite, e mal, durante uns escassos 30 dias, de longe a longe; quando se toma parte em reuniões internacionais para a defesa da Democracia, e, internamente, os democratas vivem no pavor da prisão; quando se exalta a Família e se ex-

(Conclui na pag. 7)

UM CLARÃO DE ESPERANÇA

Telegramas de agencias, entrevistas aos jornais, cartas de amigos, dão-nos conta do clima de exaltação democratica que reina em Portugal, a proposito das proximas eleições para a Presidencia da Republica. Repetidas vezes se escreveu neste jornal, porta-voz dos democratas portugueses do Brasil, que de todos os males causados pelo Salazarismo ao nosso pais, o pior foi certamente o adormecimento da virilidade, a perda de interesse pela coisa publica, corolarios infalíveis de trinta anos de repressão de toda atividade politica independente.

Receavamos então que esse mal fosse insanavel e que o nosso povo, mergulhado numa «apagada e vil tristeza» tivesse perdido para sempre a altivez, a capacidade de se entregar de corpo e alma, sem temer as consequencias, à luta por um ideal — suas melhores caracteristicas nas horas mais exaltantes da nação.

O sangue que correu há dias nas ruas de Lisboa e Porto, mostra-nos que tal receio era infundado. Trinta anos do fascismo mais duro não lograram abater Portugal. Poderá o salazarismo fraudar mais uma vez as eleições; poderá a maquina de propaganda do regime apregoar aos quatro ventos a vitoria do seu candidato por ampla margem. Salazar sabe bem, agora, que já nem engana os seus proprios apaniguados e que vem perto a data da sua derrota.

PORTUGAL DEMOCRATICO que luta há dois anos para que esta data se aproxime, saudá nesta hora decisiva para os destinos da nossa Pátria, os combatentes da democracia que, nas ruas das maiores cidades portuguesas, redimiram a honra do nosso povo.

Possa a oposição democratica esquecer todos os motivos de fricção — bem pequenos em relação à grandeza da tarefa que a espera — e unirse finalmente para derrubar o salazarismo. Só assim corresponderá dignamente ao sacrificio desses valerosos «lutadores de mãos nuas», cuja coragem fez surgir um clarão de esperança na negra noite do fascismo português.



Handwritten notes in purple ink:
...
19.6.58

FUNDAMENTOS NACIONAIS E CONSTITUCIONAIS DA CANDIDATURA

PROGRAMA MINIMO

Nesta campanha, o candidato independente esforçar-se-á por conduzir a propaganda da sua candidatura no mais alto nivel e seriedade, até por que, ao fim de tantos anos de politica totalitaria e de varios debates publicos travados, é de crer que os eleitores tenham já formada a sua opinião e definidas as suas simpatias.

Exporá as suas opiniões acerca do que entende ser a missão de um Chefe de Estado e quais as suas responsabilidades e deveres ante a Pátria e os portugueses.

Desenvolverá algumas das ideias expressas em síntese na Constituição e fará compreender quão esquecidas e desrespeitadas têm sido.

O candidato à Presidencia da Republica, por coerencia com o cargo a que se propõe, tem limitados os seus atos e as suas palavras e dentro desses limites se deve colocar.

«Não cumpre ao chefe de Estado governar — essa é a função do governo; nem cumpre legislar — essa é a função da Assembléia Legislativa. Mas cumpre-lhe defender os direitos e garantias dos cidadãos, sem discriminações e com imparcialidade, como cumpre exigir que todos os negocios de Estado sejam conduzidos nos termos da Constituição.»

Partindo dum tal postulado, concretizarei nas suas linhas gerais e dentro dos limites das atribuições conferidas pela Constituição ao Presidente da Republica, os pontos basicos do programa de candidatura que aceitei:

NA ORDEM INTERNA:

1.º — cumprir e fazer cumprir, sem equivas e sem sofismas, na pureza do juramento a prestar, a atual Constituição Política da Republica, nomeadamente o art. 8.º que garante a todos os cidadãos os direitos fundamentais — liberdade de expressão de pensamento, não ser privado da liberdade pessoal nem preso sem culpa formada, não haver prisão perpétua, liberdade de associação e de reunião, proteção à Família, não haver confisco de bens, etc.;

2.º — garantir por uma autoridade forte, rigorosamente limitada pela moral e pelo

direito, a ordem publica e todas as mais condições necessarias para que a Nação possa organizar-se politicamente em regime de pacifica convivencia, eleger livremente os seus representantes e decidir dos seus destinos;

3.º — sustar energicamente, com todos os recursos duma força apoiada na moral e no direito, a corrupção administrativa comprovada, os desmandos oligarquicos e a confusão estabelecida entre os poderes legislativos, executivo, judicial, administrativo e economico;

4.º — considerar como primeira e essencial obrigação do Estado o combate à doença e à miseria, pelos meios diretos duma assistencia em profundidade e os meios indiretos da elevação do nivel de vida das classes mais desprotegidas e da elasse media;

5.º — atualizar praticamente a integridade tradicional Ultramarina, cujos fundamentos são: a unidade espiritual, politica e economica da Comunidade da População Portuguesa de aquém e além mar, e a igualdade de direitos de todos os seus constituintes;

6.º — pacificar a Família Portuguesa pela obtenção de medidas concretas, como a reintegração de oficiais das Forças Armadas, professores e outros funcionarios afastados, anistia a todos os presos politicos ou individuos abrangidos pelas «Medidas de Segurança»;

7.º — conseguir a promulgação de nova lei eleitoral e organização de novo recenseamento, a fim de serem realizadas ELEIÇÕES GERAIS dentro de um prazo conveniente.

NA ORDEM EXTERNA:

1.º — manter e consolidar os nossos compromissos e direitos internacionais de potencia ocidental, geograficamente dispersa, mas politica e moralmente unida e indissociavel;

2.º — fortalecer a nossa fidelidade aos compromissos assumidos como membro do Pacto do Atlantico, pelo respeito das obrigações prescritas no preambulo deste documento;

3.º — defender e prestigiar a todo o transe os direitos da nossa Soberania.

PELA PATRIA E PELOS PORTUGUESES,
(HUMBERTO DELGADO)

PRIMAVERA SANGRENTE

Miguel Urbano Rodrigues

FINALMENTE, a máscara desceu. O Estado Novo português, sentindo que os frangos alcerces em que assenta se afundam, despoja-se da sua fachada de paternalismo e mostra-se igual às ditaduras de tipo clássico. A era do suborno das consciências, sucedeu à da violência; as palavras cederam o passo aos canhões.

Muitos dos setecentos mil portugueses que, ingenuamente, viam na figura de Salazar um símbolo da pátria, principiam a tomar consciência de uma realidade a que teimosamente fechavam os olhos. As últimas dúvidas desapareceram: Portugal desperta em alvoroço de um longo e doloroso pesadelo.

Através das agências telegráficas é possível seguir o dia a dia da crise, o subir da maré de entusiasmo e revolta que galvaniza as energias da nação. Na sua frieza e brevidade os telegramas noticiosos são concludente, constituem um testemunho tanto mais inatacável quanto é certo as principais agências de notícias estrangeiras terem como representantes em Lisboa dois jornalistas cujas ligações com o regime não são segredo para ninguém.

Bem pode a União Nacional enviar para os jornais comunicados em que não há uma palavra de verdade, de balde o candidato oficial, denuncia como agitadores todos os que levantam corajosamente a sua voz contra as arbitrariedades e abusos do situacionismo. O mundo livre, o mesmo mundo a que hipocritamente o Estado Novo «soit disant» católico e tradicionalista, diz pertencer, já fez o seu juízo. A grande imprensa da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França já emitiu o seu «verdictum» contra Salazar.

Oficialmente, as multidões que em Lisboa, no Porto e em todo o país se manifestam ruidosamente a favor do general Delgado são formadas de elementos subversivos, cujo único objetivo é perturbar a ordem e contribuir para a criação de um clima insurreccional.

Todos os que não são por nós são por Moscú! O simplismo situacionista atinge, por vezes, as fronteiras da debilidade mental. A psicose comunista é a bandeira dos fiéis do regime, a arma favorita da U. N. Tão cegas são essas gentes no seu desejo de ver o vermelho no branco que a venda de «O Estado de S. Paulo» é proibida em Lisboa, onde o diretor desta folha é considerado nos meios oficiais um elemento de indifereçáveis tendências filo-comunistas.

Mas os fatos, as realidades deitam por terra toda a falsa e ridícula argumentação da coorte governamental. Multidões compactas e dispostas a enfrentar todos os riscos reais Delgado onde quer que hem-se para ovacionar o general. Lisboa perdeu a sua pacata fisionomia habitual para se transformar numa verdadeira cidadela onde o silêncio das noites é quebrado pelo ranger das largatas dos tanques e pelo bater dos cascos dos cavalos da Guarda Republicana. Mas o terror de antes o medo enregelante de trinta anos foi varrido para longe, passou a ser uma recordação difusa. Uma onda de sentimentos confusos, uma ansia incontida de liberdade domina o povo português, extravasa dos corações, leva o homem da rua a enfrentar de peito descoberto as balas da Polícia, os sabres da cavalaria, as metralhadoras do Exército. O preço do primeiro grande comício foi pesado: mais de oitenta feridos e um morto. Desde então, diariamente, trinta, quarenta, vinte pessoas, saem maltratadas, escorrendo sangue ou com os ossos esfacelados de todos os

«meetings» de apoio a Delgado.

Ser por Delgado é ser contra a Pátria! O candidato independente é apontado às turbas como um criminoso, um traidor, um vendido aos interesses de potências estrangeiras (os Estados Unidos, segundo o «Diário da Manhã»). Na hora dramática que Portugal vive, os disfarces tombam um a um e as figuras do regime deixam de existir no seu artificialismo estudado, envoltas numa falsa bonomia, para se mostrarem em toda a sua ausência de dimensão humana.

Será Delgado um genio, um homem público fora do vulgar? Não cremos. O genio não se revela aos 52 anos e a história ensina-nos que os genios são na política os mais perigosos de todos os homens. E apenas um português corajoso que passou os melhores anos da sua vida longe da pátria e que ao voltar não teve receio de exprimir bem alto e claramente o que a nação pensava do regime. Surgiu não como um arauto da insatisfação e da amargura das massas e das elites. Um elemento novo e inesperado para o governo permitiu-lhe aventurar-se em domínios que até ao presente eram tabus rigorosos: a sua condição de general da Aeronáutica, arma em que goza de enorme prestígio pela sua personalidade, inteligência e reais capacidades técnicas.

O regime habituado a cercar todos os movimentos e toda a liberdade de expressão aos candidatos anteriores — um general e um almirante aposentados e com mais de 70 anos — hesitou quando a campanha foi declarada aberta em 8 de maio. Hesitação essa que pode vir a ser-lhe fatal com o tempo. Quando compreendeu o perigo que corria, quando os carros de assalto vieram para a rua e as metralhadoras entraram em ação contra os manifestantes, era tarde para fazer calar o país, saturado de três décadas de uma tutela humilhante, de pesado silêncio.

As autoridades sabem que Portugal está, de Norte a Sul, com o general Delgado. Pela primeira vez, todas as correntes de uma oposição que se revelara sempre desarticulada e inoperante uniram-se (o outro candidato dr. Arlindo Vicente, vai desistir dentro de breves dias) em torno de um homem. As duas semanas que faltam para a eleição constituem um pesadelo para o Presidente do Conselho, para os preres da U. N. os altos comandos do Exército e da Polícia confiantes a individualidades da ala direita do regime, saudosa do fascismo. O governo chegou à conclusão de que tem tudo na mão menos o principal. Dispõe da Rádio, da Televisão, da Imprensa, das Forças Armadas, dos dinheiros públicos. Mas tem o povo contra ele. Para encher as salas onde se realizam os comícios da UN é preciso ir arrematar aldeões pagos a tanto por cabeça às povoações vizinhas vizinhas de Lisboa e trazê-los em camionetas frotadas pelo partido oficial. Tendo prometido aos candidatos opositoristas que lhes seriam facultadas para os seus «meetings» as mesmas salas utilizadas para a propagação do almirante Tomás, o ministro do Interior não tardou a adotar um subterfúgio: recorrer a locais de reduzida capacidade. As portas do maior recinto, fechada de Lisboa, a Pavilhão dos Desportos, onde cabem mais de 8.000 pessoas, permanecem fechadas... Mas tal é o desejo do povo em alinhar ao lado dos adversários do regime que o único jornal opositorista tolerado, a modesta «Republica», perante o aumento da procura, passou a ser impresso na ro-

tativa de um dos maiores cotidianos portugueses. A tiragem elevou-se de 10.000 para mais de 100.000 exemplares (órgão oficial, o «Diário da Manhã», tira habitualmente 5.000 exemplares, dos quais 4.500 se destinam a ofertas, trezentos à venda e uns duzentos à afixação nas paredes de Lisboa).

Além do pulso livre para todas as violências, concedido à Polícia, o governo, decidido a atemorizar o candidato independente por todos os meios ao seu alcance, chegou há dias, de arbitrariedade em arbitrariedade, ao cúmulo da objeção, proibindo-o de se hospedar num hotel à sua chegada ao Porto. Ou regressava a Lisboa no próprio avião em que viajara, ou lá para casa de algum amigo. Tudo para o impedir de ser recebido por dezenas de milhares de portugueses que o aguardavam no centro da cidade. Uma semana antes proibiram-no de descer na estação central de Lisboa por idêntico motivo. Para que nada faltasse neste quadro sombrio ensaiou-se, aliás sem êxito, a tentativa de agressão pessoal. Os autores do projeto não contavam, porém, com a valentia do general que pôs em fuga os três discolos que o assaltaram na via pública.

Todas as medidas de emergência, todas as brutalidades da Polícia e do Exército têm-se revelado inúteis. O general é o homem do dia, o candidato da Liberdade. Quando chega a qualquer parte, a vida paralisa, multidões compactas reúnem-se para o aclamar. Esses aplausos soam como um dobre de finados aos ouvidos de Salazar. Mas o professor de Santa Comba recusa-se a compreender, a admitir que chegou a hora de partir. O homem desatualizado e alheio às grandes transformações sociais do

nosso tempo, que dizia há tempos a uma jornalista francesa «o papel da mulher é em casa» (Christine Garnier — «Vacances avec Salazar») irá até ao fim. Elegerá o seu candidato sem grande esforço. Apenas o necessário para se forjarem os numerosos julgamentos mais convenientes.

Ninguém perderá tempo a contar os votos do povo. A matemática do regime é inflexível e o general Delgado receberá como dádiva oficial uma percentagem mínima do total dos votos emitidos. Será em todo o caso uma vitória à Pirro, uma vitória que para ter mais o sabor de uma derrota se processará sob a proteção dos canhões dos blindados do coronel Santos Costa. Frouxa consolação a do dr. Salazar em receber mensagens de desagravo e apoio das individualidades que se encontram à frente de autarquias estais de governadores ultramarinos e dos feudais da indústria e da lavoura. A oligarquia teme que o festim acabe, receia ser chamada a prestar contas.

Um fato particularmente doloroso: o silêncio do alto clero português. Tão baixo desceu a igreja portuguesa no seu enfeudamento ao regime que não há uma voz no seu seio que se erga para protestar. Não há um bispo, um grande da hierarquia eclesiarca que ouse lembrar a mensagem eterna de Cristo, condenar em seu nome os crimes de violências perpetradas contra inocentes. Nem os exemplos de Mindszenty, de Wiczinski e de Stepanac — três cardeais cujas formações ideológicas são extremamente dispare — servem para desmover o clero português do seu silêncio colaborante. Será que as metralhadoras do ministro da Defesa do dr. Sa-

lazar têm o privilégio de não ofender a Deus ao fazer jorrar à luz do sol o sangue de portugueses culpados de gritar «viva Delgado»?

Até onde irão as violências, até quando um país cujo governo assipou a Declaração dos Direitos do Homem permanecerá sufocado e escravizado por uma oligarquia, dia a dia mais egoísta e inumana? Há 18 meses, o regime promoveu em Lisboa a marcha do silêncio em homenagem aos mortos da revolução húngara. Ironia da História. Agora é esse mesmo regime que faz avançar os carros de assalto contra o povo inerme, esse mesmo governo que lança esquadrões de cavalaria contra as multidões que vitoriam um homem — um candidato à presidência da República.

—X—

Não ignoro que há 100 Brasil centenas de milhares de portugueses que acreditam em Salazar. Negar essa evidência seria faltar à verdade. Mas sei, também, que a maioria veio à aventura para esta terra irmã e generosa. Foi aqui que encontraram o ensejo para afirmarem as virtualidades magníficas da raça, foi neste maravilhoso Brasil que se realizaram como homens, que se encontraram. Não admira, pois, que no seu apego saudosos ao torrão natal tenham tendência a identificar Portugal a um governo que para eles simboliza a Pátria e do qual conhecem apenas um figurino para usa externo. Estão errados, profundamente errados, por muito que isso lhes pese.

A esses portugueses, do pequeno comerciante ao comendador, do jornaleiro humilde ao potentado industrial, a todos sem distinção, tenho uma pergunta a fazer:

Acreditam que se Portugal estivesse com Salazar, Lisboa e o Porto estariam a ser patrulhadas por tanques, como Budapeste no outono sangrento de 1956? Acreditam que sejam comunistas as centenas de milhares de manifestantes que ovacionam Delgado?

Na madrugada de 18, em Lisboa, não houve metralhadoras nem cargas que fizessem arredar o povo das imediações da praça José Fontana onde se realizava um comício eleitoral. A multidão arrancou as pedras da rua e ao aço dos sabres e às balas certeiras das metralhadoras respondeu com essas armas de recurso... E aguentou firme, a terra ficou tinta de sangue generoso.

Heroísmo? Sem dúvida. Mas sobretudo desespero, essa indiferença perante o fim último que explica melhor do que quaisquer palavras o espírito da grei lusitana nesta primavera que adivinho perfumada e florida em todos os recantos do velho Portugal. Primavera de esperança, aurora de Liberdade empapada do sangue rubro de inocentes.

A situação social portuguesa

A atmosfera de agitação que o nosso país atravessa atinge não só o sector político, mas também, como é inevitável, o domínio social. A difícil situação em que vivem os portugueses, cujo nível de vida — será necessário repeti-lo? — é o mais baixo da Europa levam ao desespero os trabalhadores e lançam-nos à luta, sabendo embora que a repressão do salazarismo é particularmente implacável contra eles.

Nos últimos tempos a P.I. D.E. teve que intervir para resolver situações da paralização de trabalho (em Portugal é proibido empregar a palavra greve), ou movimento de protesto contra intervenções do Estado nas atividades comerciais, em Lisboa, nomeadamente contra os lojistas e nas fabricas do Poço do Bispo e da Alcantara, bem como na Amadora, no Barreiro, na Vista Alegre, em Portimão, Olhão, Matosinhos, Marinha Grande, Baleizão (onde há dois anos a Guarda assassinou a tiros de metralhadora a heroica camponesa Catarina Eufémia, que lutava pelo pão de seus filhos), na Aldeia Nova de São Bento e no Vale das Gatas. O regime enfraquecido tem sido forçado a ceder a muitos pontos, embora noutros ainda consiga dominar a situação graças a uma ação repressiva, violenta e brutal. Adaptando as modalidades de combate às condições locais, os trabalhadores portugueses mostram que não se acha adormecido a sua capacidade de combate. Assim, os pequenos comerciantes lisboetas protestam altivamente contra a ingerência abusiva e as extorsões do governo, escrevendo, num protesto coletivo que a Censura não deixou publicar:

«Trata-se do nosso pão e do das nossas famílias e põe-se em risco da nossa liberdade individual.» E mais adiante: «Cremos que em nenhum país alguém se lembrou de tal ataque à liberdade das atividades profissionais.»

Por outro lado, os corajosos camponeses alentejanos responderam à Guarda que procurava intimidá-los:

«Não sairemos daqui enquanto não nos arranjam trabalho.»

Atacado ao mesmo tempo nos campos político e social, o governo de Salazar, cuja posição económica não é brilhante como demonstramos neste numero, atravessa decididamente o pior momento da sua triste história. Os trabalhadores portugueses fazem tudo ao seu alcance para que esse «pior momento» se transforme no «momento final» do regime que tanto os tem oprimido.

HOMENAGEM AO

DR. JAIME CORTESÃO

Teve lugar no dia 11 do corrente, em Cantanhede, um almoço de homenagem ao Professor Dr. Jaime Cortesão, grande escritor democrata, que enquanto residiu no Brasil foi sem dúvida a figura mais destacada dos intelectuais portugueses que exercem sua atividade neste país. Na vibrante homenagem às qualidades do grande republicano fizeram uso da palavra os srs. Henrique Barreto, dr. Vasco da Gama Fernandes, dr. Elisio Sucena, dr. Julio Calisto, dr. Fernando Lopes, dr. Fernando do Vale, José Ribeiro, dr. Virgílio Pereira da Silva, dr. Carlos Cal Brandão, dr. José Rodrigues Rosmaninho, dr. Eduardo Cruz, prof. Tomás da Fonseca, coronel Helder Ribeiro e, finalmente, o homenageado.

Receberam-se dezenas de telegramas e cartas das quais se destacam os do sr. General Humberto Delgado, professor Vieira de Almeida, almirante Tito de Morais, professor Azevedo Gomes, dr. Nuno Simões e um telegrama dos democratas portugueses do Rio de Janeiro.

A fraude eleitoral cancro da campanha

Um dos argumentos tradicionalmente empregados pelos adeptos do Estado Novo para provar que o povo português está com o regime são os resultados das varias consultas eleitorais realizadas desde o final da guerra.

A circunstancia da imprensa viver sob rigoroso controle — num dos proximos numeros o nosso jornal publicará revelações sensacionais sobre o funcionamento dos serviços de censura — não impede que as massas sejam esclarecidas sobre a monstruosa maquinação que representa em Portugal todo e qualquer ato eleitoral. Muita validas as cifras tornadas publicas pelo gente aceita assim, na sua boa fé, como Ministerio do Interior, numeros esses que não deixam lugar a duvidas sobre a "identificação do país com o regime de Salazar." A verdade é, porém, bem diferente. As belas porcentagens de 70 e 80% que aparecem nos jornais são inteiramente forjadas.

Se tudo é fachada nas eleições e o seu resultado não deixa lugar a duvidas em virtude das fraudes governamentais, porque motivo a oposição se apresenta a disputar o pleito? Na sua proclamação-manifesto o general Delgado responde a esta pergunta

Apesar do general ter afirmado que ganhará as eleições com fraude e tudo o «Estado de São Paulo» publicou sobre o assunto uma interessante entrevista — convem esclarecer que se trata de uma declaração destinada a moralizar a opinião pois o próprio candidato independente não ignora que no dia 8 de junho os numeros divulgados oficialmente darão esmagadora maioria ao sr. Almirante Americo Tomás. Em boa verdade, os funcionarios encarregados de proceder à contagem dos votos nem se darão ao incomodo de levar a efeito esse trabalho. Melhor do que ninguém sabem que no dia «H» a unica coisa que interessa ao governo é a encenação montada para o publico e para os jornalistas estrangeiros que se deslocam a Portugal para assistir às eleições. Importa apenas respeitar a fachada de democracia.

Em todas as consultas anteriores, quer para a Assembleia Nacional, quer para a Presidencia, a Oposição viu sempre recusadas todas as petições tendentes a rodear os pleitos de um minimo de garantias de seriedade. Em primeiro lugar, surge a questão do recenseamento eleitoral. Na sequencia de um processo que vem de longe, dezenas de milhares de cidadãos com direito de voto não se encontram inscritos nos cadernos. Muitos sabem, por experiencia propria, que é tempo perdido tentarem, na epoca indicada para efeito, regularizar a sua inscrição. Os funcionarios encarregados do serviço, obedecendo a instruções superiores, impedem sistematicamente, a concretização desse desejo através da exigencia de uma infinidade de formalidades burocraticas que se renovam em circulo vicioso. O lema é: «só tem interesse em inscrever-se as pessoas desafectas ao regime; logo, é necessario impedi-las de o fazerem». Daí a manifesta desactualização do recenseamento eleitoral em prejuizo da Oposição. Não obstante o fato, o regime encontra-se de tal forma desprestigiado aos olhos do País que ambos os candidatos opositoristas se prontificaram a aceitar como validos os cadernos existentes, com todas as suas omissões propostas. Acontece, no entanto, que também em obediencia a instruções confidentiais emanadas do Ministerio do Interior, os funcionarios que superintendem na materia obtem por todos os meios ao seu alcance a que a Oposição compile os cadernos para uso

que é formulada por milhares de portugueses:

«O habitual abstencionismo opositorista, embora baseado em motivos respeitáveis, tende a fazer descer das eleições, sem oferecer em contra-partida uma solução pratica e objetiva. O Governo sustenta que as eleições são legais e tudo aparentemente é conduzido para chegar a essa confirmação. A Oposição, ao contrario, sustenta que são ilegais e efetivamente, dentro e fora do País, está amplamente generalizada essa convicção; mas o certo é que, abstendo-se, não levando às urnas os seus eleitores para que verifiquem com os seus proprios olhos e por toda a parte as irregularidades que forem cometidas, a Oposição está de algum modo a facilitar a tese governamental, ao passo que, entretanto, o eleitorado vai perdendo o sentimento dos seus deveres civicos e a parte de responsabilidade que lhe cabe na direção dos negocios do Estado.

Esse conceito generalizado acerca do ato eleitoral e a consequente abstenção, desinteresse e apatia só podem servir para mais tarde se justificar a supressão do sufragio popular e a sua substituição pelo voto organico corporativo, que uma alteração à atual Constituição pode vir a estabelecer.»

proprio no reduzidissimo periodo que lhe facultam para o efeito. Todas as exposições e protestos até hoje enviados sobre o assunto, à Presidencia da Republica e ao chefe do Governo não obtêm mais do que respostas vagas e nebulosas. Em contra partida, a União Nacional dispõe de um ficheiro exacto e completissimo e pode enviar a cada eleitor os seus boletins de voto.

O terceiro aspecto a considerar é o da ausencia de uma fiscalização eficaz e autorizada. O Governo simula alhear-se do problema. Em todas as eleições realizadas,

as autoridades organizam as mesas das secções de voto a seu bel prazer, colocando na presidencia pessoas da sua inteira confiança. Nos rarissimos casos em que a fiscalização é tolerada, os numeros tornados publicos no dia seguinte não coincidem com os apurados na contagem. Incrível mas verdadeiro. Aliás, o mais frequente é o emprego da violencia contra aqueles que insistem em acompanhar o desenrolar do ato, apresentando-se credenciados para esse efeito pela Oposição. Não

(Conclui na 6.a pagina)

ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

O relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal, referente ao exercicio passado e agora distribuido, constitui um completo e bem elaborado documento pelo qual é possível fazer-se uma idéa precisa da evolução da conjuntura portuguesa. Quanto a isso, o relatório se distingue favoravelmente dos que costumeiramente são publicados pelos bancos oficiais de outros regimes totalitários.

Na sua primeira parte, relativa à atividade do Banco, salienta-se que o meio-circulante, que era de 11,8 bilhões de escudos, atingiu em dezembro passado 12,4 bilhões (cerca de metade da circulação fiduciaria brasileira à taxa atual da moeda nacional no mercado livre). O total das responsabilidades montou, porém, a 22,1 bilhões de escudos. As reservas e as disponibilidades em ouro e moeda estrangeira garantiram, no entanto, largamente o acrescimo da circulação monetária, ascendendo a 19,7 bilhões de escudos (proporção excepcionalmente alta de 89,2%). Qualquer conclusão otimista a tirar destes numeros seria, porém, prematura e errônea, como se verá em seguida.

A habitual análise economica e financeira do relatório do Banco de Portugal inicia-se com um estudo minucioso da situação mundial, consistindo principalmente no exame dos problemas dos países membros da OEEC. Da leitura atenta da parte principal do Relatório, consagrada à economia portuguesa, não é difícil depreender-se que as perspectivas internas são bem menos favoráveis e de molde a inspirar as maiores preocupações aos responsáveis pela política economico-financeira do país.

Logo na introdução, admite-se que, correspondendo a uma sensível baixa das exportações metropolitanas, a taxa de crescimento do "produto nacional" deve ter sido inferior à registrada no ano anterior. E frisa-se que a balança de pagamento da "zona escudo fechou com um "deficit" global — o primeiro desde 1949 — de 180 milhões de escudos, "para cujo resultado terá principalmente contribuido o volumoso saldo negativo da balança comercial da Metropole".

O aumento do "deficit" do comercio exterior de Portugal exprime-se, aliás, por numeros que têm algo de alarmante. De 4.104 milhões de escudos, em 1956, subiu para 6.136 milhões no ano passado, isto não obstante existir um saldo positivo de 465 milhões de escudos no comercio com as provincias ultramarinas, o qual absorveu mais de um terço das exportações metropolitanas e lhe forneceu — a preços fixados em nível artificialmente baixo — mais de 11% das importações. O saldo positivo do comercio das colonias com o estrangeiro montou, no ano passado, a 941 milhões de escudos. A dependencia da Metropole das regiões ultramarinas é, assim, asfixiante.

O "deficit" global do país, só na União Europeia de Pagamentos, atingiu o dobro do que se verificava no ano precedente, elevando a posição contabilística cumulativa para 89,7% da cota atribuída a Portugal, o que não pode deixar de causar serias preocupações.

Dos capitulos do relatório em que é analisada pormenorizadamente a situação dos varios ramos da lavoura, da industria e do comercio, não se podem também extrair conclusões otimistas. O aumento do "produto nacional" e o esforço de equipamento do país são de tal forma lentos, que a palavra estagnação define melhor do que qualquer outra a vida economica portuguesa. Nas fontes de financiamento, a ajuda norte-americana subiu de 14 para 57%.

A manutenção de um baixissimo nível de vida na area ocupada pelas massas rurais — a maioria esmagadora da população — em relação aos padrões mínimos europeus, é revelada pelo fato de o salario medio dos trabalhadores rurais que era de 20 escudos em 1953, ter aumentado nos ultimos quatro anos apenas 90 centavos; e o dos trabalhadores rurais femininos, de 12,2 escudos para 12 escudos. Ao mesmo tempo, o indice geral do custo de vida, o qual não traduz fielmente a carestia, subiu na região de Lisboa 7,3% e na do Porto 3,9%.

Dos numeros apresentados no relatório do Banco de Portugal, as conclusões a tirar pelo observador imparcial são, portanto, nitidamente opostas aos argumentos aduzidos pelos que insistem em querer ver em Portugal um país em plena fase de prosperidade e de expansão, conduzido pela mão firme de

Santos Costa novo ditador

Já não é Salazar o ditador. Surgiu agora, investido nos "nossos poderes" no primeiro plano da vida nacional, a figura sinistra do monarquico Santos Costa. Primeira medida do cel.ditador: desarmamento de quase todas as unidades militares de Lisboa e dos fusileiros navais e aprisionamento do combustivel da Aviação Militar que se tinha tornado suspeita...

AOS DOMINGOS

Uma Campanha alegre Carlos Maria de Araujo

Por outro lado, em Portugal, os animos também andam esbraseados. Segundo noticias das agencias, um bando de transviados, aos gritos subversivos de «viva a liberdade» e «viva a republica» lançou-se há dias contra os tanques, metralhadoras e canhões que o governo mandara dispor nos pontos estrategicos da cidade de Lisboa para garantir a liberdade de palavra do candidato da opposição, general Delgado. Enquanto este — que dias antes fôra obrigado a reagir a bofetadas contra três esbirros, novatos na profissão, que queriam prendê-lo à viva força — clamava por eleições livres, o bando de transviados atacava a sopapos e pedradas os policiais e os soldados que não tiveram outro remedio se não defenderem-se a tiros e coronhadas.

Depois, enquanto Delgado era levado de volta a casa numa viatura da policia, eram presos numerosos manifestantes em cujo poder foram encontrados isqueiros, caixas de fosforos, um cirio de procissão, um maçarico e outras armas de fogo. Além disso foi preso numa confeitaria um anarquista no instante em que pedia ao balconista uma bomba de chocolate.

(de «O Estado de S. Paulo»)

O MUNDO EM MARCHA

Jan Costa

Finalmente uma luz de esperança nasce para a democracia portuguesa de que ainda não se fala, senão timidamente, à medida que o general Delgado consegue desencadear as primeiras faiscas electricas de uma luta pela qual o bravo povo lusitano

terá de passar se quiser emancipar-se da tutela do ditador Salazar. Quando o povo começa a sair às ruas para aclamar um candidato de opposição à presidencia, e os primeiros golpes são trocados com a policia, então podemos ter certeza de que a capacidade do povo português de reagir contra a ditadura da mediocridade e da mistificação do suposto «homem providencial» não está desaparecida. Aliás, todos os ditadores sempre tiveram os seus dias contados, e todos os povos acabaram um dia por reconquistar o direito ao auto-governo. Seria fazer uma ofensa ao valoroso povo irmão, por tantos titulos merecedor do nosso respeito e do realce que alcançou na historia moderna, atribuir ao suposto «genio» do «super-homem» que o desgoverna o que há de bom em seu país, como acreditam alguns que julgam, com a superficialidade de turistas, o mérito dos sistemas politicos pela limpeza do asfalto. Não é novo nem meritório assegurar a estabilidade do valor cambial da moeda ou o equilibrio orçamentario, sacrificando a economia e as condições sociais do povo e impedindo a elevação do padrão de vida dos trabalhadores dos campos e das cidades. O esplendor financeiro das capitais ou dos Estados à custa da indigencia economica da maioria sempre foi um objetivo facil para os ditadores protegidos pelo silencio imposto à força aos contribuintes e aos cidadãos. Mesmo sem ditadura, Murtinho fez de certo modo isso ao «salvar as finanças nacionais» no governo Campos Sales. Mas nem todos os ditadores ou supostos genios financeiros, que sobrepõem o equilibrio contabil das finanças do Estado às necessidades economicas e so-

ciais da coletividade, tiveram a sorte de possuir uma fonte gratuita de divisas com a qual o governo português mantem a estabilidade de sua moeda, de que tira prestigio falso. Essa fonte de divisas são os emigrados portugueses, que remetem suas economias para casa, para sustento da familia ou para outros fins, ou que com elas voltam à terrinha para ficar ou para gastar. A politica economica e financeira de Salazar deprime as condições gerais de modo a perpetuar o fluxo emigratorio, gerando, assim, as rendas que lhe equilibram os pagamentos internacionais. É uma politica cujo cerne consiste na manutenção do pauperismo que paradoxalmente se torna, via emigração, fonte dos equilibrios anti-sociais que redundam em beneficios para as minorias governantes. Quanta mistificação, cuja primeira vítima é o proprio povo português, como outros também o têm sido e ainda o são.

A propria emigração tem contribuido para impedir a formação, em Portugal, de condições politicas propicias à renovação do governo. Os descontentes e os desempregados, assim como os liberais e intelectuais cuja dignidade os impede de se tornar criados palacianos, imigram, e no exterior seria impraticavel criar uma opposição militante à ditadura, e o amor da patria aconselha a indiferença. Assim, a propria estabilidade politica do regime de Salazar também é mais um produto da emigração do que da policia que os bravos moradores das grandes cidades lusas já ousam enfrentar, abrindo novas perspectivas para a democratização do país, que já começa a merecê-la e a mostrar-se capaz de conquistá-la. (de «A Folha da Manhã»)

O dia a dia da campanha

Protesta Delgado contra a atitude de funcionários

LISBOA, 8 (AFP) — O general Humberto Delgado, candidato independente à presidência da República, acaba de enviar ao ministro do Interior um protesto contra as dificuldades opostas em algumas cidades pelas autoridades locais para a obtenção da cópia dos registros dos eleitores inscritos. O candidato protesta energicamente contra esse estado de coisas e pede que sejam tomadas medidas urgentes a fim de remediar, uma vez que o prazo previsto para essa operação termina depois de amanhã.

DELGADO: "SE ELEITO DEMITIREI SALAZAR"

LISBOA, 10 (AFP) — Em entrevista concedida à imprensa o general Humberto Delgado, candidato independente da oposição, declarou: "Se eu fosse eleito demitiria o presidente Salazar de suas funções".

Delgado afirmou ainda que em caso de vitória, formaria "um governo provisório de caráter militar" que asseguraria a ordem enquanto se aguardam novas eleições a serem realizadas o mais breve possível.

Depois de afirmar que, além disso, devolveria à imprensa a sua "liberdade de expressão", o candidato independente informou que se limitaria a ser "chefe de Estado", devendo o seu papel consistir, essencialmente, em restituir à nação a livre decisão no que diz respeito aos grandes problemas, pela eleição de uma "verdadeira" Assembleia Nacional.

Concluiu declarando-se feliz por ter podido dar às pessoas presentes à entrevista a "oportunidade de viverem alguns momentos de liberdade democrática".

"O POVO PRECISA PERDER O MEDO"

LISBOA, 10 (AFP) — "É preciso que o povo deixe de ter medo. É preciso que ele se lembre de Gólias e de Davi — o regime é o brutal Gólias e a oposição o pequeno Davi". Tal é o desejo manifestado pelo general Humberto Delgado, can-

didato independente da oposição à eleição presidencial, em entrevista concedida ao redator-chefe do jornal "República".

Nessa entrevista — que constitui uma espécie de apresentação do candidato — o general Delgado lembra que preconizou eleições gerais segundo uma nova lei eleitoral, precedida de uma revisão de listas. Após haver afirmado que o atual regime era um "comunismo branco", o candidato manifestou a opinião de que seria preciso ao povo português um ano ou dois para se organizar politicamente.

LICENCIAM-SE O CANDIDATO OFICIAL

LISBOA, 10 (AFP) — O almirante Americo Tomaz, candidato na União Nacional às eleições presidenciais, solicitou licença do seu posto de ministro da Marinha. Segundo informações, colhidas em fontes seguras, Salazar assegurará a interinidade do seu ministério até depois das eleições.

DECLARAÇÕES DO CHEFE DE POLÍCIA

LISBOA, 10 (AFP) — O diretor da Polícia de Estado desmentiu formalmente as alegações do candidato da oposição, Arlindo Vicente, segundo as quais se estaria "assistindo atualmente no país a uma onda de prisões". Declarou que o número de prisões por crimes políticos ou sociais se elevava a 87, número que compreende não somente os condenados que cumprem suas penas, mas também os que estão presos preventivamente.

Violento ataque de Delgado ao regime de Salazar

LISBOA, 15 (AFP) — O regime do sr. Salazar sofreu ontem o mais violento ataque de sua história, quando o general Delgado, candidato da oposição às eleições presidenciais, acusou-o de utilizar "métodos ditatoriais de governo e de poder pessoal".

"Já é chegado o tempo... estamos fatigados... devemos renunciar", tais foram as afirmações feitas e que foram aplaudidas por uma numerosa multidão. O candidato da oposição colocou

em causa também a política econômica e social que "permite a cem famílias enriquecerem enquanto a maioria do povo vive em negra miséria". Atacou igualmente os "métodos desleais" do governo em matéria de eleições, "métodos que provam que seu reduto irá cair se estas forem verdadeiramente livres".

GRAVES INCIDENTES NO PORTO E EM LISBOA

LISBOA, 16 (UP) — Ocorreram violentos choques hoje à tarde na estação do Porto, entre partidários do general Delgado e a polícia.

Os conflitos iniciaram-se pouco antes da partida do trem em que viajou Delgado, às 14 horas e 30. Durante uma hora, populares e policiais trocaram golpes em frente à estação de São Bento.

As primeiras informações indicam que número de feridos excede 60 pessoas.

DISTURBIOS EM LISBOA LISBOA, 16 (UP) — O general Humberto Delgado, candidato da oposição à presidência da República, regressou esta noite a Lisboa.

Na praça do Rossio, haviam-se reunido milhares de pessoas para lhe dar as boas vindas. A polícia, grandemente reforçada, adotou medidas energéticas para controlar a multidão. Oficiais da Polícia Montada avistaram-se com o candidato quando este chegou à estação de Santa Apolónia, prevenindo-o de que não lhe seria permitido caminhar pelas ruas centrais da cidade.

Quando um grupo de salazaristas penetrou na praça, manifestando-se contra Delgado, começaram os distúrbios. A polícia carregou contra a multidão, utilizando cassetetes e disparando para o ar.

Os manifestantes foram dispersos, e a polícia desalojou todas as pessoas do centro da cidade.

Uma hora e meia depois da chegada do general Delgado, porém, voltou-se a permitir a circulação nas ruas. Ao que se informa, não oficialmente, houve dois mortos. Varias pessoas foram feridas durante os distúrbios.

Quando ao general Delgado, que envergava seu uniforme, a polícia fez que saísse da estação por uma rua lateral. Essa medida fôra ordenada pelo Departamento de Segurança Pública, que proibira toda e qualquer manifestação na estação ferroviária.

Proibido Delgado de fazer propaganda pela Rádio Clube

LISBOA, 17 (AFP) — Em desacordo com o tom assumido pela campanha eleitoral do general Delgado, candidato da oposição, a Rádio Clube Português acaba de proibir o uso de seus microfones para a propaganda deste último. O secretário do General Delgado havia aludido, um programa diário, de meia hora, nessa emissora.

A "VERBA" OFICIAL

LISBOA, 17 (AFP) — um comunicado divulgado na noite de ontem, declara: "O governo português está decidido a evitar, a qualquer preço, qualquer perturbação da ordem pública. O governo está decidido a impedir que um clima emocional seja criado, clima esse que favorecerá os atos subversivos".

Nessas condições, "todas as manifestações" que poderiam levar a tais atos, "serão reprimidas com a maior severidade". O comunicado ressaltava que as campanhas eleitorais feitas pelos dois candidatos da oposição, "independente" e "democrática", já deram ensejo a perturbações, "em virtude das quais um certo número de pessoas, entre estas alguns agentes da autoridade, foram feridos".

Declara-se nos círculos autorizados que os recentes acontecimentos provam perfeitamente que um movimento insurreccional estava em vias de preparação.

DOIS COMÍCIOS DA OPINIÃO, aliás, deveriam ter sido realizados ontem, no mesmo local, no auditório do Liceu Camões. Todavia, o comício da tarde, organizado pelos partidários do candidato esquerdista, Arlindo Vicente, não foi realizado, por decisão da polícia. À noite, todavia, grande público compareceu ao Liceu Camões, lotando todas as dependências de seu auditório, para ouvir o general Delgado.

Minutos depois, é disparada a primeira salva pela polícia, enquanto a cavalaria dá outra carga. Manifestantes começam a arrancar pedras da rua. A carga seguinte da Guarda Republicana é detida por uma chuva de pedras. Novamente a polícia faz fogo, tombando vários manifestantes. De todos os lados a multidão grita: «Viva a Liberdade!».

Às 20 e 30, verificando que é impossível à cavalaria dispersar os manifestantes, os policiais começam a fazer uso de submetralhadoras. Grupos de jovens manifestantes, porém, continuam a apedrejá-los.

Os carros de combate e os jipes da polícia são então postos em movimento contra a multidão, enquanto os cavaleiros são lançados em todos os sentidos, para limpar as ruas adjacentes. Agora, a polícia atira contra o povo em longas rajadas. Mas os manifestantes, repellidos numa direção, voltam a concentrar-se de outro lado. Varias lampadas são quebradas a pedradas, mergulhando as ruas centrais em escuridão. Às 23 e 30, finalmente, a praça fica deserta, justamente no momento em que terminava o comício do general Delgado, no interior do Liceu Camões. As pessoas que assistiram ao comício não tinham conhecimento dos incidentes que se produziam na praça.

Quando Delgado saiu, cercado de seus partidários, as ruas estavam desertas. O general foi conduzido à sua residência num automóvel da polícia.

LISBOA EM PE' DE GUERRA

Depois dos acontecimentos da noite de domingo, observou-se que forças policiais e militares foram concentradas em varios pontos da Capital. Piquetes de guarda e de patrulha foram reforçados. Tro-

Nunca os portugueses do Brasil viveram com tanto alvoroço a marcha de uma campanha eleitoral. O que de início era surpresa, transformou-se logo em emoção e ansiedade. Até os mais indefectíveis partidários do regime se calam desorientados, sem saber como argumentar.

Quando o sangue corre e a Polícia e o Exército abrem fogo contra multidões indefesas, a verdade impõe-se por si. Milhares de portugueses que, no Rio e em São Paulo, permaneciam teimosamente cegos à realidade, principiam a abrir os olhos e a compreender quanto era ilusória a visão que tinham de Salazar e da sua obra.

Melhor do que quaisquer palavras nossas, os telegramas expedidos de Lisboa — com autorização da censura oficial — dão-nos uma idéia do que tem sido a evolução da campanha presidencial desde o seu início em 8 de maio. Na impossibilidade de reproduzirmos todo o noticiário referente ao pleito, extrairmos das colunas de «O Estado de São Paulo» as passagens que nos pareceram mais expressivas.

dar aos grupos de manifestantes que se dispersassem. Um dele lançou pedras contra os cartazes afixados sobre a cursaal do jornal gornista, o "Diário da Manhã".

SANGRENTOS INCIDENTES REGISTRADOS DOMINGO EM LISBOA

LISBOA, 19 — Registraram-se graves incidentes na noite de ontem, nesta Capital, no momento em que se realizava o comício de um dos candidatos da oposição à presidência da República, general Humberto Delgado.

Violências da Polícia

Em lugar de amedrontar-se, os populares gritavam «Viva Humberto!» e «Viva a Liberdade!». Os policiais da Guarda Republicana brandindo os sabres desembainhados, investiram sobre a multidão. Caem alguns populares. São os primeiros feridos. O povo, contudo, não arreda pé da praça.

Chegam carros blindados e autometralladoras da polícia. Por meio dos altofalantes instalados num dos carros blindados, a polícia ordena ao povo que abandone a praça. Por outro lado, convida as pessoas que acompanham os acontecimentos das janelas a recolher-se.

Minutos depois, é disparada a primeira salva pela polícia, enquanto a cavalaria dá outra carga. Manifestantes começam a arrancar pedras da rua. A carga seguinte da Guarda Republicana é detida por uma chuva de pedras. Novamente a polícia faz fogo, tombando vários manifestantes. De todos os lados a multidão grita: «Viva a Liberdade!».

Às 20 e 30, verificando que é impossível à cavalaria dispersar os manifestantes, os policiais começam a fazer uso de submetralhadoras. Grupos de jovens manifestantes, porém, continuam a apedrejá-los.

Os carros de combate e os jipes da polícia são então postos em movimento contra a multidão, enquanto os cavaleiros são lançados em todos os sentidos, para limpar as ruas adjacentes. Agora, a polícia atira contra o povo em longas rajadas. Mas os manifestantes, repellidos numa direção, voltam a concentrar-se de outro lado. Varias lampadas são quebradas a pedradas, mergulhando as ruas centrais em escuridão. Às 23 e 30, finalmente, a praça fica deserta, justamente no momento em que terminava o comício do general Delgado, no interior do Liceu Camões. As pessoas que assistiram ao comício não tinham conhecimento dos incidentes que se produziam na praça.

Quando Delgado saiu, cercado de seus partidários, as ruas estavam desertas. O general foi conduzido à sua residência num automóvel da polícia.

LISBOA EM PE' DE GUERRA

Depois dos acontecimentos da noite de domingo, observou-se que forças policiais e militares foram concentradas em varios pontos da Capital. Piquetes de guarda e de patrulha foram reforçados. Tro-

de massas, mas somente um democrata.

"Se for eleito — declarou — formarei um governo cuja missão essencial será elevar o nível de vida das classes e a balizadoras, particularmente dos mais deserdados, e organizar eleições realmente livres. A vontade da nação — acrescentou — só pode, com efeito, exprimir-se através dos partidos. Não haverá nenhum exclusivismo a esse respeito, todos os partidos serão aceitos.

O dr. Vicente acusou, por outro lado, os monarchistas de haverem colaborado com o regime e se pronunciou por uma cooperação com a Igreja Católica.

No domínio da política internacional, o candidato da

posição democrática considerou que o Pacto do Atlântico deveria ser ampliado. Declarou também que não aprova "a política de blocos".

NOVO INCIDENTE ENTRE A POLÍCIA E O POVO NO PORTO: (20 pessoas feridas)

PORTO, 22 (AP) — Mais de vinte pessoas ficaram feridas ontem, quando a polícia tentou dispersar um grupo de pessoas que se reunira para acalmar o general Humberto Delgado.

O povo atacou a polícia a pedras, gritando "Delgado, Delgado, Delgado".

Nesse mesmo momento o candidato opositorista chegava ao aeroporto de Pedras Vermelhas, procedente de Lisboa.

Delgado insistiu em passar a noite em um hotel local, apesar de ter sido adveida hospedagem em algum do centro da cidade.

Os partidários de Delgado, clientes de fato, reuniram-se nos arredores do hotel, burlando as leis portuguesas, que proíbem demonstrações públicas durante as campanhas eleitorais, a não ser que tenham sido previamente autorizadas.

A polícia e a Guarda Nacional, armadas de metralhadoras, montaram guarda nessa zona, a fim de manter o povo ao longe.

Esta manhã, Delgado partiu para Chaves, na Freixo de Trás-os-Montes. Entretanto, o major Jorge Botelho Moniz, um dos mais entusiasmados partidários do primeiro-ministro Salazar, agoniza num hospital do Porto, em consequência de uma síncope cardíaca que sofreu quando proferia violento discurso contra Delgado.

Em seu discurso, Botelho lembrou sua velha amizade com Delgado, quando lutaram juntos em favor do regime salazarista, e declarou: "Delgado traiu sua fé e seus amigos".

DELGADO EXPÕE A SITUAÇÃO AO GOVERNO

LISBOA, 22 (AFP) — Um comunicado dos serviços de propaganda do candidato da oposição, general Humberto Delgado, anuncia que este chegou, no dia 20 do corrente à Presidência da República, uma exposição sobre a situação atual.

O documento — acrescenta o comunicado — foi submetido ao presidente da República, general Craveiro Lopes, "em sua dupla qualidade de comandante-chefe das Forças Armadas e de supremo magistrado da nação".

O candidato da oposição pedira, em recente discurso, a demissão do governo e sua substituição por um "governo neutro", que, com o apoio das Forças Armadas, realizasse as eleições.

A posição dos monarchicos portugueses

LISBOA, 23 (AFP) — O "Movimento Monárquico" de Portugal autorizou hoje os monarchicos a tomarem posição na próxima eleição presidencial. Em comunicado publicado esta manhã, o Movimento recomendou-lhes não votar em favor dos candidatos hostis à solução monárquica e rendeu homenagem à obra realizada pelo presidente Salazar.

COMÍCIOS DE DELGADO NO NORTE DE PORTUGAL

LISBOA, 23 (AFP) — Em seu primeiro dia de propaganda, de sua candidatura ao norte do país, o general Humberto Delgado visitou Trás-os-Montes, onde recebeu, por toda parte, manifestações de apreço da população.

Viajando sempre de automóvel, o candidato indepedente da oposição fez um comício no "Cine Parque", onde vários membros da Comissão de Propaganda local. Findo o comício, em meio a grandes manifestações, o general Humberto Delgado seguiu para Macedo de Cavaleiros, onde passou a noite. Deverá realizar ainda comícios em outras cidades e chegará até Vizeu. Não se registraram incidentes e os serviços de ordem não tiveram que intervir.

O futuro presidente da República

João Sarmiento Pimentel

daram a fazer vistosa de continuação na Presidência da República".

E Salazar assim o fez, mas para arranzar subterfúgios e outras tantas recusas, topeu quem lhe fizesse o frete condicionalmente.

Americo Tomaz, ministro da Marinha, aceitou, porém, dizer, impondo a renúncia do ditador a seu desparecimento da cena política onde vem representando há trinta anos, logo fosse da Presidência da República.

Salazar, em entrevista ao Diário da Manhã, já tornou publico que está de acordo em ir para Santa Comba.

Em entendimento: para Santa Comba se neste meio tempo o General Delgado não o mandar abaixo de Braga.

E o Craveiro?

Ora! o Craveiro levou do Brasil uns bons milhões de cruzeiros, que juntos aqueles outros milhões de patacas arrebanhados na Índia, lhe garantem uma reforma abastada, feliz, burguesa, dentro dos horizontes acanhados da mediocridade em que sempre viveu e muito contribuiu para o triste papel de pau mandado, ao qual se prestou no exercício de Presidente da República do Estado Novo.

Essa história da renúncia de Salazar deve ser galga que a manha do fradilhão soltou no campo legionário, onde existe grande numero de revisionistas, para eles não se bandearem, neste momento de dificuldades e incertezas, para as fileiras da oposição chefiada pelo renegado General Humberto Delgado.

Estou convencido que após a investidura do «Peixe Voador» (como os marujos al-cunham Frei Tomaz) e a pedido de varias familias — as tais com familias milionarias da confraria salazarista — o ditador continuará sendo o dono da quinta, encarregando a «Pides de meter na cadeia quantos se salientarem na campanha a favor do candidato da oposição.

«E que pensa o Presidente?»

«Não me parece opinião fora de vila e termo, desde que o recambiemos a Santa Comba com todas as honras e proveitos.

«Pois então nós vamos soná-los».

E foram ter com Salazar.

A velha raposa ouviu o recado, sorriu, mostrou-se grata, acrescentando:

«Isto mesmo é o que eu pretendo desde há alguns anos a esta parte mas como foi a tropa que me poz no Terreiro do Paço, só ela dirá se estou mofo e devo ir arejar, ou para a aldeia, ou para Coimbra, onde lá me foi buscar».

E correu ao Santos Costa ministro da Defesa, contando-lhe a ingratidão do Craveiro e a feiosa traição deste aos sacralos principios do Estado Novo, quais se iam: «Sempre com Salazar». Santos Costa, inimigo de Craveiro e ansioso por lhe pagar certas revidendas por uma recepção a D. Nuno em Caxias, tranqüillou o patrão.

«Deixe o pobre diabo falar, que pouco adianta. Cantou a tempo. Não o reconduza no proximo mandato. Nós cá estamos para escorar as opiniões que querem que ele

pas do Exército, com tanques leves e autometralladoras, ocupam posições no aeroporto de Lisboa e na praça Marechal Saldanha. Em frente à sede do Governo Militar há tanques medios e pesados. Em alguns bairros, o patrulhamento é feito por unidades de infantaria e cavalaria.

ADESÕES A DELGADO

LISBOA, 19 — Os lideres do antigo e dissolvido «Movimento de Unidade Democrática», deram sua adesão ao candidato da oposição, general Humberto Delgado. São eles: ex-procurador Rui Luiz Gomes, candidato à Presidência da República nas eleições de 1951, engenheira Virginia de Moura e dr. Lobão Vital.

Tendo tido papel de relevo nas antigas campanhas eleitorais, aquelas três personalidades foram processadas por atos considerados subversivos tendo sido sempre partidários de eleições democráticas e livres.

O lider republicano Cunha Leal adere à candidatura de Delgado

LISBOA, 20 (AFP) — O lider da oposição conciliatória, Cunha Leal, deu a sua adesão à candidatura do general Humberto Delgado, da oposição independente.

«As manifestações imensas que Porto e Lisboa fizeram a Humberto Delgado mostram a saciedade que o país está com ele, afirmou em substancia o sr. Cunha Leal. Correu sangue em Lisboa e no Porto.» Resolvi, assim, dar publica e imediata adesão à candidatura de Humberto Delgado».

O ex-presidente do Conselho, opositorista de sempre, falava numa entrevista radiofônica transmitida pelos microfones do Rádio Clube Português. Entrevista curiosa, por ser a primeira do seu genero em Portugal, pois o entrevistador era o major Jorge Botelho Diniz, amigo pessoal do entrevistado, mas seu adversário politico.

Declarações do candidato da oposição democratica portuguesa

LISBOA, 14 (AFP) — Arlindo Vicente, candidato da oposição presidencial, durante a entrevista que concedeu ontem à imprensa declarou: "Nós não desejamos uma ditadura, nem queremos substituir a atual por outra".

Salientou ainda que não era um chefe nem um lider



O Porto tem-se distinguido sempre pela franqueza irreprimível da sua população. Depois de Norton de Matos em 1949, foi agora a vez de Humberto Delgado sentir que se a situação possui o Dinheiro e a Metralha, ele pode contar a seu lado com o Povo. A imagem é clara, verdadeira, inatacável.

Transporte ultra rapido de encomendas, bagagens, etc.

DOMICILIO A DOMICILIO

SÃO PAULO: R. Joaquim Carlos, 1175

RIO DE JANEIRO: R. Barão de S. Felix, 94-L/4

Tels: Esc. 9-9988 - Exped. 9-7444

Telefone: 43-7751

Delgado reafirma que irá até o fim em sua campanha

LISBOA, 2 (AFP) — "Prosigo com a minha candidatura" — declarou hoje o candidato da oposição, general Humberto Delgado, durante uma entrevista à imprensa, ao fim do longo requerimento que fez contra a atitude das autoridades, relativamente a sua candidatura eleitoral.

Explicou por que não pôde ir a Guimarães nem a Braga. Recebeu, por escrito, uma ordem de proibição de ir a Braga, ordem que emanava do Comando da Segunda Região Militar. Tinha que obedecer, por ser militar. Mas o motivo alegado, "não prejudicar as cerimônias religiosas em curso (Braga comemora o centenário das aparições de Lourdes) "peca pela base", afirmou o general, pois "nosso delegado, dr. Almeida Braga, avistara-se antes com o bispo-primaz, tendo chegado a acordo para que o meu comício não interferisse com as celebrações religiosas". Falando animadamente, gesticulando muito, às vezes levantando os braços para sublinhar a sua indignação, o general ora fala aos jornalistas em português, ora em inglês — neste idioma para benefício dos jornalistas norte-americanos e britânicos presentes.

Ele denunciou com vigor as incursões, na sede de seus serviços, pela polícia. "Por três vezes — disse ele — os

policiais vieram, levaram cartazes, folhetos, cartas, livros. Têm sido presos alguns membros das minhas comissões". Citou algumas das prisões mais recentes. Disse que acabara de ser informado que "o dr. Oliveira Braga, membro da sua candidatura, foi preso naquela cidade, na manhã de hoje".

Sobre ele próprio, a polícia lhe faz uma espionagem constante, a pretexto de o proteger. Segue o seu automóvel por toda a parte". Cita exemplos, para ilustrar o seu requerimento. A pequena sala, onde fala, está cheia de jornalistas e membros de sua "Comissão de Candidatura" — nomes bem conhecidos da política, como Sergio, Azevedo Gomes, Mario Pessoa, etc. "Perguntam donde vem o dinheiro" — disse, referindo-se em essência a um artigo do "Diário da Manhã", de hoje. "Não é com certeza nem da América nem da Rússia. Basta ver a pobreza destas salas. O dinheiro é dos nossos compatriotas que aderiram à minha candidatura".

NÃO HÁ LIBERDADE

"Prometeram-nos liberdade de imprensa. Pois, como podem ver, não há para nós. O «Seculo» e o «Diário de Notícias» de hoje não dão a publicação uma palavra a nosso respeito, a propósito da nossa candidatura, embora ocupem dois terços do seu espaço com

a propaganda da União Nacional».

O candidato está visivelmente cansado, embora continue a falar com o seu modo nervoso, direto e incisivo. Por vezes faz-se vermelho de indignação. Doutras, ri com ironia. Na parede, por cima da secretaria donde fala, está um dos seus cartazes de propaganda que o mostra em farda de gala de general, com todas as suas condecorações. Por baixo, um dístico afirma que ele «é o homem que fará cumprir o programa do 28 de maio».

Consulta papéis, pondo os olhos. Tira os olhos e continua a denunciar mais um caso, um incidente numa campanha fértil de incidentes.

Faz circular um boletim de voto para demonstrar que é transparente. Declara, a propósito, que lhe entregaram os seus boletins de voto «só às 23 h 59 do dia seis».

A eleição é no dia oito. «Como devemos de entregar a tempo esses boletins aos nossos eleitores em todo o país?». Explica que os boletins são impressos na tipografia que os imprime para o candidato adversário, almirante Americo Tomaz, a fim de «não haver diferença nenhuma». Ora, a tipografia que pertence ao «Diário da Manhã» (orgão de Salazar) não os entregará antes, mas estou certo que en-

tregará a tempo os do candidato da União Nacional».

Afirma que se exercem «todas as pressões sobre os eleitores dependentes de serviços do Estado», além de outros. Declara com energia: «É ignobil a maneira com que o governo conduz sua campanha». Repele a reclamação muitas vezes formulada de não ser permitido copiar os requerimentos de inscrição dos eleitores. Nem a máquina — salienta — nem por fotocópia, nem por ditafone. Tem que ser à mão e mesmo assim levantam toda ordem de dificuldades e tergiversações».

Protestou também, com indignação, contra a notícia dada pela agência ANI num jornal do Brasil. «Possivelmente, querem sugerir que sou apoiado pelos submarinos russos e por comunistas vestidos como os rebeldes argelinos».

Depois de ter falado durante uma hora, admitiu que tem dormido muito pouco e que gostaria agora de dormir uma ou duas horas. Antes de se despedir com um vigoroso «bom dia, meus senhores», disse que o fato de não ter feito na sua campanha referencia alguma ao segundo plano de governo publicado pelo governo (o presidente Salazar estranhou, no seu discurso, que a oposição fizesse as-

sim a demonstração de negatividade), reside na impossibilidade, em «menos de trinta dias de campanha, organizar tudo, analisar tudo. Nos serviços de candidatura não dispomos de milhares de funcionários, como o Estado».

16 FERIDOS EM BRAGA

PORTO, 2 (AFP) — A interdição imposta pelas autoridades militares da Segunda Região ao candidato da oposição general Humberto Delgado, de visitar o norte do país enquanto durarem os festejos religiosos comemorativos do centenário das aparições de Lourdes, não impediu que na provincia do Minho fossem realizadas várias manifestações. Em Barcelos os manifestantes decidiram cumprir o programa previsto para a passagem do candidato, tendo colocado flores na estatua de Dom Antonio Barroso. Em Esposende houve identica manifestação junto ao monumento do Dr. Rodrigues Sampaio. Em Guimarães os manifestantes apinharam-se junto ao monumento de Dom Afonso Henriques, tendo realizado um comício no local. Em Famalicão houve grande manifestação, tendo um orador falado aos manifestantes.

Em Braga os manifestantes demonstraram seu desagrado pela proibição feita ao candidato da oposição de visitar a cidade, gritando o nome do general Delgado, tendo a polícia interferido. Houve tiroteio. A sede de propaganda do general Delgado foi fechada. Os estabelecimentos do centro da cidade cerraram suas portas.

Depois de dispersar os manifestantes a polícia fortemente armada passou a patrulhar os principais logradouros.

Entre os feridos, em numero de 16, embora sem gravidade, figuram dois policiais.

COMUNICADO DO GOVERNADOR

LISBOA, 2 (AFP) — O governo civil de Braga publicou uma nota sobre os incidentes que se desenrolaram nessa cidade na noite passada. Ele afirma que a policia foi obrigada a reagir violentamente contra os ataques de que foi alvo por parte dos manifestantes.

«A maneira como esses manifestantes estavam organizados — diz o governador — prova a existencia de comandos dirigidos por agitadores, que fazem uso da tática de ação comunista.

«Qualquer nova tentativa de perturbar a ordem — concluiu — será reprimida com toda a energia necessaria».

FRAUDE ELEITORAL...

(Conclusão da 3.a pagina)

tarda que surjam incidentes em que a policia ou agentes provocadores da Legião ou da UN afastem essas testemunhas incomodadas. A lista de exemplos que confirma o que afirmamos ocuparia muitas paginas deste jornal. Desde as pessoas que despejam nas urnas verdadeiros pacotes de listas, aos menores que votam indevidamente, passando pela troca das listas, há de tudo um pouco. A titulo de curiosidade citamos meia duzia de casos relativos às eleições de 3 de novembro de 1957.

LISBOA: Uma testemunha assistiu, na seção de voto do Liceu Camões à entrega por parte de um policia de segurança de um pacote de listas que foram depositadas na urna; à votação de uma mulher em nome do marido; à entrega da lista de voto por uma rapariga de 16 anos. Como protestasse contra tais ilegalidades foi violentamente expulsa da sala e espancada por agentes da PIDE.

BRAGA: Numa freguesia em que 300 democratas votaram, foram-lhes atribuidos apenas 200 votos. A entrada de algumas seções de voto havia individuos que, aproveitando-se da inocencia dos eleitores lhes pediam as listas e as trocavam pelas da União Nacional. Nas seções onde a vigilância foi mais intensa e a fraquissima concorrencia às urnas demasia-do notoria, o Governo não ousou ultrapassar certo limite: em Lisboa os numeros oficiais atribuem 54 por cento às listas da União Nacional (para a cidade) e 58 por cento para o distrito. Em Coruche, este numero desceu para 30, por cento. Em Setúbal foi de 52 por cento. Em Grandola 54 por cento.

PORTO: Em Gondomar, o Governo atribuiu 78 por cento dos votos à União Nacional, mas alguns democratas pacientes tiveram oportunidade de contar todos os votantes verificando que essa proporção não passara de 25 por cento.

GUMARAES: Numa seção de voto, de 116 eleitores, 89 eram freiras.

PORTIMAO: A União Nacional encarregou os indus-

triais de conservas de distribuirem as suas listas pelos operarios. Numa fabrica com centenas de operários, só dois foram votar.

Pior, no entanto, do que todas as fraudes são a violencia e a coação. A experiencia ensinou há muito ao eleitor comum que votar na oposição equivale a incorrer nas iras do regime. O funcionario publico, o pequeno comerciante não ignoram as depurações que se registram em grandes departamentos do Estado e nos organismos corporativos logo após as primeiras eleições realizadas no pos-guerra. Numa conferencia de Imprensa, efetuada em Lisboa, em novembro passado, o engo. Sá Cardoso, contou, perante representantes de jornais franceses e americanos, varios casos de que tinha conhecimento, reveladores do panico — é a palavra — que domina a gente humilde, receosa de «tragar a vida» se alinhar contra o regime. Citou mesmo episodios ocorridos com vizinhos e amigos que o animavam entusiasticamente durante a campanha e que no dia das eleições o procuravam para se desculparem de não votar pela Oposição... O medo das represalias vencia neles o sentimento de revolta, a ansia de verem por terra um regime detestado. Foi esse medo que, em 1957, levou muita gente a meter as listas da Oposição nos sobrescritos da UN. Porque note-se, é habito dos presidentes das mesas, para comprometerem os eleitores, procederem à chamada pelos numeros inscritos nesses envelopes. Quem não os exhibir é imediatamente catalogado como suspeito. Um pequenino sinal na lista constitui para o incauto a certeza de que será identificado como adversario do regime.

Abusos, ilegalidades, coações... Só por ironia podem os partidarios do dr. Salazar falar em eleições livres, só por estupidez ou ignorancia que o general Delgado seria poderá alguém duvidar de que eleito. Presidente da Republica Portuguesa se a atual campanha não fosse uma farsa como todas as que a precederam.

O desgaste do regime português

Após 32 anos de vigencia absolutamente isenta de qualquer abalo, a ditadura em Portugal dá a impressão de ter passado por ligeiros estremecimentos. Bastou, para isso, que o primeiro-ministro Salazar, hoje septuagenario e possivelmente cansado, tivesse permitido um mês de moderada oposição ao candidato de sua escolha.

Partidarios do general Humberto Delgado, opositorista, poderiam reunir-se até mesmo em Lisboa (alem do Porto), no recinto fechado do Liceu Camões, com capacidade para 1.500 pessoas sentadas. Reuniram-se 3.000, tendo portanto a metade ficado em pé. A policia fechou então o edificio e em torno dele dispôs cautelosamente um cordão de isolamento. Alem disso, um vacuo foi estabelecido na praça fronteira e outros cordões de isolamento se estenderam através de todos os pontos de acesso, fortemente vigiados por numerosos contingentes policiaes.

Não obstante, segundo informam os telegramas, o verdadeiro comício realizou-se inesperadamente ao largo, isto é, nas ruas adjacentes à praça vazia. A multidão, ali concentrada, pôs-se a clamar saudosamente pelos direitos democraticos perdidos há 32 anos. Ouviu-se com nitidez a palavra «liberdade», pronunciada em altas vozes e por varias vezes. Em consequencia, intervieram as metralhadoras, houve 25 feridos e, posteriormente, um comunicado do governo condenou esse «clima de agitação social», contra a qual severas providencias serão adotadas, em conformidade com a praxe e a tradição.

De tão velho, como se vê, o regime ditatorial português se tornou um organismo extremamente delicado. Mesmo um mês de habitos levemente modificados é prazo demasiado longo em confronto com os anteriores 32 anos de repouso obrigatorio. Perturbações graves, como grandes efeitos, podem resultar de pequenas causas. O que de nenhum modo ocorrerá em Portugal, nas atuais circunstancias, é a eleição do general Humberto Delgado, porque para isso o povo português precisaria gozar etativamente da facultade de eleger alguém.

Um Livro Que Todos Devem Ler

FATIMA

Historia de um Grande Embuste

DE TOMAZ DA FONSECA

LIVRARIA CULTURA NACIONAL LTDA.

Rua Quintino Bocaiuva, 71 — 11.º andar — Sala 1.101

Telefone 32-5223

Desarmada a Aviação Militar em Portugal

Cindidos os altos quadros do governo — O ministro da Guerra domina a situação

A situação política em Portugal tem-se agravado consideravelmente, após as manifestações que se verificaram nas cidades de Lisboa e Porto, em favor do candidato Delgado. A sangrenta repressão reza da Guarda Nacional Republicana, pela Polícia de Segurança, pelas patrulhas de choque da Polícia Política e pela Polícia Militar, durante as jornadas de 16 a 18 de maio, provocou um clima de indignação, uma onda de surda revolta. Após as manifestações, as instâncias governamentais procuraram perante a estupefação do país, inverter a situação e atribuir aos comunistas (a meia dúzia de comunistas do fragmentado P. C. português) a responsabilidade dos recontros. Se assim fosse, o Partido Comunista teria, neste país, dezenas de milhares de adeptos, o que é deveras absurdo. Mas, na verdade, foram dezenas de milhares de pessoas, de portugueses descontentes, de portugueses saturados de portugueses revoltados, que afirmaram, publicamente, num plebiscito incontestável, a sua aversão ao regime salazarista, aos seus escandalos, à sua desfaçatez, ao seu paternalismo.

O movimento, alastrando-se a todo o país, apanhou de surpresa os corifeus situacionistas. Estes sentiram que a onda crescia irremediavelmente e, logo após o aparato belico que se seguiu às manifestações, foram desarmadas quase todas as unidades militares de Lisboa. A Aviação Militar, cujos altos comandos pareciam ser favoráveis à candidatura de Humberto Delgado, viu-se, também, desarmada e sem uma gota de gasolina nos seus depósitos. O mesmo aconteceu com os fuzileiros navais, que se viram privados dos seus armamentos, perante o que a oficialidade, num gesto significativo, fez a entrega voluntária dos seus revólveres de ordenança.

SANTOS COSTA TEM CARTA BRANCA

Nas próprias fileiras da Situação, a divisão é grande, embora sobre ela pese uma implacável cortina de silêncio. A principal divergência verifica-se entre os próprios membros do governo: os que aceitam, por temor ou conformismo, a ascendência cada vez maior do ministro da Guerra, Santos Costa; e os que, secretamente, o odeiam.

A cisão com estes últimos agravou-se, quando, há dias, durante a reunião dos altos comandos militares, convocados para estudarem a situação criada pelas manifestações públicas, Santos Costa, passando por cima dos titulares das pastas das Finanças e do Interior, ordenou a presença dos representantes de organizações, como a Guarda Fiscal, PIDE, Legião etc., que estão dependentes daqueles ministerios, prescindindo da presença dos respectivos ministros, Trigo de Negreiros, titular da pasta do Interior, parece ter manifestado, segundo consta, o seu profundo desgosto ao presidente do Conselho e teria, até, deixado de comparecer num comício de propaganda devido a tal fato. Mas, na verdade, perante o pânico que se criara nas hostes da Situação, os poderes repressivos foram plenamente confiados ao ministro da Guerra, que

já no dia dos tumultos dirigira pessoalmente as operações no Quartel do Carmo (G. N. R.) e no Governo Civil (P. S. P.).

CENSURA A IMPRENSA

Efetivamente, as intenções dos manifestantes eram profundamente pacíficas. Em Portugal não existem depósitos clandestinos de armas, cujo contrabando é praticamente impossível, quer devido à rigorosa vigilância fronteiriça e das águas territoriais, quer pelo fato de a Oposição estar desorganizada e ser-lhe impossível recolher fundos para uma revolução armada. De resto, a índole tradicionalmente pacífica do povo leva-o a detestar violências. Como muito bem disse o líder oposicionista Cunha Leal, a polícia e a tropa limitaram-se a agredir portugueses que tinham como únicas armas as suas convicções. Os manifestantes da estação de Santa Apolónia, do Rossio e dos Restauradores não se preparavam, evidentemente, para fazer uma marcha sobre o Parlamento.

A reação de pânico do Governo, reação que é sintomática, pois demonstra o temor em que o regime salazarista vive, levou o ministro Santos Costa a enviar para a rua tanques pesados Patton, fornecidos pelo Exército norte-americano. Contra as pedras que alguns manifestantes atiraram à polícia na pça. do Saldanha, durante o comício da Oposição no ginásio do Liceu Camões, responderam as "forças da ordem", não com gases lacrimogénios ou jatos de água, mas sim com tanques e metralhadoras.

No dia imediato aos tumultos de 16, os diretores dos jornais diários foram convocados pelo Governo, transmitindo-se-lhe que, durante uma semana, a censura iria novamente usar um critério drástico no noticiário eleitoral. E assim foi. Não para os comunicados da União Nacional, que impunemente assaltaram toda a população, apontando-a de desordeira e de títtere moscovita, mas sim para o noticiário oposicionista. Este foi reduzido à expressão mais simples, quando não completamente eliminado. Assim, enquanto os jornais ocupam colunas inteiras com o relato integral dos discursos situacionistas, cobrindo de insultos os candidatos da Oposição e quantos os apoiam, as sessões de propaganda destes últimos são noticiadas em meia dúzia de linhas, numa página interior. Nós, como brasileiros e democratas, sentimo-nos indignados com o que nos tem sido dado observar. Os jornalistas portugueses com quem temos falado significam-nos a sua profunda repulsa pelo que se está passando.

ONDAS DE PRISÕES

Nestes últimos dias, a PIDE tem desenvolvido intensa atividade no sentido de prender todos quantos, segundo ela, são suspeitos. Muitos membros da comissão da candidatura do dr. Arlindo Vicente, da Oposição Democrática, encontram-se na prisão e, apesar do protesto daquele candidato junto do ministro do Interior, com quem se avistou duas vezes, ainda não foram postos em liberdade. Se, na verdade, alguns marxistas fazem parte do seu comitê, é

certo, também, que não estão integrados no Partido Comunista. Também um jornalista do órgão oposicionista «República», o sr. Noales, foi preso sem culpa formada, como aconteceu aos restantes. As prisões da P.S.P. o Aljube e Caixas estão a abarrotar de opositores ao regime. Também no Porto, onde o ambiente continua em ebulição, numerosas prisões têm sido feitas.

Por outro lado, há uma vigorosa censura à correspondência quer nacional, quer estrangeira. Jornais procedentes do exterior e comunicações telefônicas dos desafetos ao regime são interceptados. A «viuva negra», a sinistra furgoneta da Polícia, anda outra vez, como nos tempos antigos, num vai-vem constante pela cidade, «visitando», de manhã cedo, e até de madrugada, a residência dos democratas...

O GOVERNO MUDOU DE TÁTICA

Após a exibição de força dos primeiros dias de repressão, o Governo mudou de tática. Assim, deixaram de se ver na rua grandes contingentes de polícia armada ou da G.N.R. Estão recolhidos nos quartéis, em regime de permanente prevenção. As ruas são regularmente percorridas por rádio-patrulhas, que, ao menor sintoma de ajuntamento, se comunicam com os comandos. Estes dividiram a cidade por zonas de ataque e, rapidamente, em dois ou três minutos, podem enviar para o local a partir de uma das numerosas esquadras de polícia, uma força armada. Um desses carros patrulhas encontra-se, permanentemente, junto do palácio da Assembléia Nacional (perto da qual está a residência do prof. Antonio Salazar). Exteriormente, tudo aparenta mais calma, mas, nas esquadras da Polícia, no

quartel de Caçadores 5, o estado de alerta é permanente.

As poucas sessões de propaganda oposicionista que ainda se realizam são rigorosamente vigiadas. A farsa da liberdade de expressão terminou. Só os mais ousados intentam atravessar os sucessivos cordões de polícia e de G.N.R. que rodeiam o local da sessão. E apenas os portadores de convites o podem fazer. Qualquer outra pessoa é afastada do local e, durante as horas que dura o «meeting», uma área de mais de 500 metros à volta do quarteirão é completamente isolada por tropas. Foi o que ainda há dias se verificou na sessão de propaganda do dr. Arlindo Vicente, no Liceu Camões, em cuja área foi proibida a circulação de peões e de veículos.

Entretanto, os titeres do regime berram os piores insultos contra os democratas, aos

microfones do RCP, que faz a transmissão integral de todas as sessões da União Nacional e deixou de ceder o quarto de hora de emissão diária à oposição.

Revelador do clima de receio do Governo é o fato de as comemorações de implantação do regime em 28 de maio terem sido circunscritas à cidade de Braga, quando todos os anos a data é motivo de propaganda intensa, em toda a parte, com as fanfarras da União Nacional tocando a todos os quadrantes a «felicidade» do povo português. Este ano, nem há trombetas nem arautos — apenas um pesado silêncio que a própria situação está interessada, agora, em não quebrar. Reina a paz na Lusitania...

(Do correspondente especial de «O Estado de S. Paulo».)

A Todos os Portugueses...

(Conclusão da 1.ª pag.)

pulsam dos empregos, se encarceram e perseguem os pais, os irmãos ou os filhos pelas suas opiniões anti-totalitárias; quando se diz ao mundo, em custosa propaganda, que Portugal é feliz e livre, e nem sequer os metropolitanos, após 32 anos de apregoada cultura, possuem os direitos desfrutados por nativos de nações africanas ou asiáticas recém-formadas; quando se diz que Portugal é uno, e se expulsa um Português de uma província ultramarina por criticar o governo local, como se se tratasse de terrório estrangeiro; quando

tudo isto e o mais conhecido se pretende fomentar «ad majorem Dei Gloriam», com a diferença de que em vez de «para maior Gloria de Deus» o é para benefício de homens deificados — algo de trágico perpassa na nossa Terra e ensombra o coração dos Portugueses.

Razões de sobra, pois, existem e justificam a coligação dos Independentes.

Finalmente o gen. Humberto Delgado entra na última parte da sua proclamação que intitula «Fundamentos Nacionais e Constitucionais da Candidatura» e expõe um «programa mínimo». Transcrevemos na 1.ª página as suas afirmações na íntegra.

EM PORTUGAL A REPRESSÃO E' CONTINUA

Terror salazarista na Marinha Grande

A Polícia Política de Salazar, ocupada em prender os democratas que mais se distinguem na campanha eleitoral, nem por isso esquece as suas vítimas habituais, fora deste período: os trabalhadores que reivindicam melhores condições de vida. Assim aconteceu agora na Marinha Grande.

Em virtude de não ter sido assinado até agora a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho dos Operários na Indústria Vidreira, verificou-se um movimento dos tra-

balhadores, exigindo aquilo que por lei lhes é devido.

A PIDE, nessa altura, interveio brutalmente, implantando o terror no centro vidreiro e prendendo dezenas de operários, entre os quais José Duarte Bizerro, Antonio Mafra, Julio Salvador, Guilherme Moiteiro, Victor Ricardo e Avelino Agostinho.

A laboriosa vila da Marinha Grande, tradicional centro de oposição ao salazarismo, está em efervescência devido a esta onda de prisões.

L E I A M

DEMOCRACIA
ESPANHOLA

Orgão dos Anti-Franquistas no Brasil

Rua Brigadeiro Tobias, 55 — Sobreloja — S. Paulo

O CASO "DIARIO ILUSTRADO" (1) Antecedentes de um escândalo

VICTOR DA CUNHA RÊGO

Iniciamos hoje a publicação de uma série de quatro artigos sobre os acontecimentos registrados com o jornal lisboeta «Diário Ilustrado», os quais constituem um dos maiores escândalos do jornalismo português.

Uma das manifestações mais validas de um regime é, sem dúvida, a concessão de liberdade à imprensa. Esta tem sido através da época contemporânea o barómetro da vitalidade dos povos ocidentais na medida em que representa livremente a formação e estrutura desses mesmos povos ou a opinião do governo ditatorial que os domina. Neste último caso engloba-se a imprensa de regimes fascistas e consequentemente a de Portugal.

O ministro do Interior português repete amliude que a "sua" imprensa é "uma das melhores do mundo pela clareza e bom senso". Somos obrigados a discordar do doutor Negreiros. Iriamos ao ponto de contestar a existência de um jornalismo português, se o exemplo admirável do vespertino "República" e a competência de numerosos profissionais (em especial os do "Diário Popular") não pesassem no nosso espírito. Quanto a empresas e direções a vergonha é nula. A incompetência, a desclassificação e a desonestidade de princípios deitam-se num banho tenebroso de traição ao que deveria ser a atividade profissional do jornalista. O nível intelectual é baixíssimo. As administrações comungam das doutrinas emanadas dos poderes constituídos. Os salários são ridículos. As coações são imensas. Tal é, quanto a nós, o panorama atual da imprensa portuguesa. E para que o leitor desprevenido não suponha nestas palavras um caráter gratuito passamos a expor os acontecimentos registrados com o aparecimento e elaboração de um jornal lisboeta, o "Diário Ilustrado" os quais constituem matéria de fraude curiosa e profundamente simbólica.

No dia treze de Setembro de 1957, doze redatores do referido jornal apresentavam a sua demissão ao diretor com o pretexto de "solidariedade com um colega acusado de roubar chumbo da tipografia" ou de simples violações dos direitos conferidos pela ética profissional praticadas pelos corpos administrativos. Esse gesto, muito comentado dentro e fora do país, representa, no entanto, muito mais.

Numa das ultimas tardes do mês de setembro de 56 os redatores convidados a trabalhar no «D. I.» reuniram-se no edifício do jornal para um primeiro contacto entre si. Sabia-se apenas de concreto, que a media das suas idades era a menor da imprensa portuguesa e que o diretor Carlos Branco, creditado como discípulo de Gabriel Marcel, se encontrava estreitamente ligado ao Centro Nacional de Cultura-temple de estudos e colóquios de intelectuais fascistas e monarquicos. Depois dessa primeira apresentação dos elementos redatoriais verificou-se a existência de indivíduos de ideologias dispares o que levava a acreditar na promessa formulada pelos proprietários da empresa, Manuel e Marcelino Correia, de que o jornal seria independente. Nesse momento, cada redator pensava para si que os dois capitalistas pretendiam lançar junto da opinião publica um órgão cuja moderação pudesse grangear as simpatias de uma elite pensante e de uma camada social cujo poder de compra viesse a ser de grande utilidade, num futuro proximo, às inúmeras organizações comerciais e industriais que possuíam espalhadas por todo o país. Os dias passaram. Depois de um período de desorganização, Miguel Rodrigues tomava a chefia da redação substituindo José Carlos Amado, anteriormente designado para o cargo, cuja incompetência técnica ficara demonstrada. Em 5 de novembro, procedia-se à primeira experiência «lançando-se» um jornal para circulação interna e no dia 2 de dezembro o «Diário Ilustrado» era posto à venda. Até então não tinham surgido à superfície quaisquer sintomas de pressão política ou policial. A fase de convulsões que o jornal atravessara era natural numa empresa em organização.

Após a primeira semana, a venda do jornal baixou vertiginosamente. O publico, estranhando a feição grafica e desgostoso com o conteúdo incharacterístico do «D. I.» desinteressava-se da compra. A propria redação foi a primeira a notar os defeitos e o seu chefe apresentou ao diretor um relatório em que pedia a adoção de certas medidas e o afastamento de alguns colaborado-

res cujas tendencias nitidamente monarquicas e a incompetencia profissional eram notorias e desacreditantes. O dr. Carlos Branco recusou-se a levar em consideração essas sugestões. A redação vendo o jornal em perigo, fez chegar o relatório à administração, arrostando com a incompatibilidade do diretor. A atmosfera tornou-se irrespiravel. Finalmente, a 17 de janeiro, depois do afastamento da maioria dos seus colaboradores, o dr. Carlos Branco demitia-se.

O jornal entrava numa nova fase de revigoreamento. Triunfara o espirito dos redatores. A Administração não exteriorizava desejos intervencionistas. Os seus membros, Manuel José Lucas de Souza, Anibal David, Jaime dos Santos e Manuel da Fonseca não procuravam intervir diretamente na feitura do jornal. Um liberal apolitico foi escolhido para substituir Carlos Branco. Desde o primeiro dia, José Osório de Oliveira foi bem aceito como diretor. Reinava a paz em Varsovia...

Os três primeiros meses do ano de 1957 decorreram calmos. A convivencia dentro do n.º 109 da rua das Gaveas era possivel. Um exemplo: Metzner Leone, ex-propagandista da Radio Berlin durante a guerra de 39-45 vivia lado a lado com os camaradas de trabalho, sem o mais pequeno atrito. Nuno Rocha, ex-militante fascista, partilhava a secretaria de José Tengarrinha cuja estruturação social democratica era e é inabalavel. Cato pareciam viver devotados à consolidação de um jornal sem filiação partidaria, isento enfim de todo o tendenciosismo na informação. Foi em Maio que a cortina começou a subir...

Há muito que a redação estranhava a substituição sistematica do pessoal menor, mas julgava o fato proveniente de um trabalho de escolha e aproveitamento de empregados mais classificados. No entanto, a admissão de 28 continuos e paquetes e o consequente despedimento tinha já dado aso a certo numero de perguntas, quando um colega de outro jornal, ao visitar o «D. I.», chamou um redator amigo de parte para lhe comunicar

ter conhecido o chefe do pessoal como carcereiro da P. I. D. E. no campo de concentração do Tarrafal. Tal afirmação causou naturalmente a admiração do corpo redatorial e o seu chefe dirigiu-se mais tarde à administração procurando informar-se da situação desse individuo. A resposta foi amavel: o sr. Oliveira (assim se chamava o ex-policial) desligara-se por completo da P. I. D. E. e procurava trabalhar sossegadamente ganhando o pão de cada dia.

A explicação foi aceita. Mas algo surgira a ensombrar o clima humano do jornal... Os administradores perceberam-no... e pouco depois deixavam cair a mascara. O que sucedeu daí em diante constitui uma das mais perfeitas demonstrações da implantação de metodos policiais em empresas privadas, exploração do baixo nível de vida do trabalhador português, encobrimento de vastas e ilegais operações financeiras e manobras politicas. A figura poderosa do dr. Manuel José Lucas de Souza surgiria em primeiro plano, mostrando-se a uma duzia de homens estupefatos como mandatario-testa de ferro do Ministerio do Interior, elemento proeminente da Legião Portuguesa e sobretudo como «introdutor» de elementos policiais em empresas particulares.

Entre maio e setembro a redação do «D. I.» descobriu fatos incríveis. Foram eles que levaram à mencionada demissão de doze redatores. Foram eles tambem que descobriram o caráter de oito homens, Jorge Rodrigues, Metzner Leone, Artur Alpe-drinha, Nuno Rocha, Miguel Serrano, Saraiva Mendes, Trabuco Alexandre e Amandio Cesar, que venderam os seus companheiros de trabalho por alguns milhares de escudos.

(CONTINUA)

DELGADO VENDIDO A OS AMERICANOS? ... O SR. DULLES «DIZ» QUE NÃO...

Era de esperar. Humberto Delgado ao entrar em contacto, espetacularmente, com os addidos militares norte-americanos procurou banir «a priori» o espectro do temido titulo de comunista, inevitavel em Portugal para todos os opositoristas. Com esse gesto arriscava-se ao outro gume da faca: a acusação de ter sido subvencionado pelos E. U. A. ...

Quanto a nós o gesto foi pueril. Com a União Nacional não podem existir regras de jogo. Para ela tudo é licito. A confusão, a força, a opressão, o escândalo. E este caso eleitoral de 58 provaria claramente essa materia... se os antecedentes não bastassem já, por si proprios. Humberto Delgado não foi acusado de chefiar um movimento comunista. Não foi acusado de subserviência aos americanos. E' simultaneamente réu desses dois crimes. Morto por ter cão...

E no entanto é ridiculo pensar-se numa possivel interferencia norte-americana no panorama politico português. Só quem não tenha analisado o curso dos negocios estrangeiros dos E. U. A. ou se encontre possuido de evidente má fé — é este o caso da U. N. — pode fazer passar do campo das hipóteses absurdas para o das realidades admissíveis tal pensamento. Há muitos anos já — desde 1919 — que a America perdeu a sua grande oportunidade de salvar o mundo. "Quando Wilson desembarcou nas suas praias a Europa era o barro pronto para a criação do oleiro... escreve Dillon em "The Peace Conference". Em 45 não havia Wilson. Roosevelt morrera no ano anterior. Mas havia ainda tempo de fazer alguma coisa. Era a vigesima quarta hora americana. Durante seis anos os povos oprimidos pelas ditaduras fascistas haviam escutado a Voz da America e a B. B. C. e tinham acreditado nas suas mensagens de liberdade. Doze

anos depois do final da conflagração o mundo encontra-se dividido em dois grandes blocos. Um deles encabeçado pela União Sovietica, defende a ditadura do proletariado. O outro tem colado um "slogan" americano: "em defesa do mundo livre". Nesse mundo existem as ditaduras fascistas de Ibañes, Somoza, Stroessner, Franco, Salazar, Batista e tantos outros. Arbenz, essa figura extraordinaria de progressista nunca gozou de simpatias americanas mais fortes do que o "matador" Castillo Armas. Trujillo existe. Franco recebeu a primeira ajuda economica norte-americana em 48. Alguns meses depois a O. N. U. levantava o embargo ao seu regime. Desde então os "dollars" têm entrado na Espanha fascista e em 52 estabeleceram-se acordos militares entre os dois países. Porque razão deixaria a politica norte-americana de seguir esse rumo para com a ditadura de Salazar? Porque razão apoiaria um opositorista defensor do parlamentarismo? Para mais no inicio da campanha eleitoral portuguesa o regime salazarista continuava a encobrir-se com o manto do paternalismo... Só mais tarde é que os soldados do coronel Santos Costa dispararam sobre a multidão indefesa...

Aqui, de longe, as afirmações da U. N. adquirem foros de irrealidade. Na imprensa deste país, o Brasil, podem-se ler as declarações de Foster Dulles a propósito dos incidentes de Caracas. O ministro "clerical" norte-americano confessa não saber diferenciar bem uma ditadura de uma democracia. Não consegue perceber onde acaba uma para começar a outra. Não sejamos pueris. Na melhor das hipóteses o sr. Dulles — repare-se que não dizemos o povo americano... — terá adotado uma politica de não intervenção. Em caso contrario apoiou certamente o "mundo livre" do dr. Salazar.

VICTOR DA CUNHA RÊGO



Humberto Delgado tornou-se a esperança de todos nós. Esperança de Liberdade, justiça social e Democracia. O seu gesto largo representa a comunicação espontanea de um candidato do povo!...

O EXCELENTE «COMUNISMO» PORTUGUÊS

A chamada "União Nacional", escreve a «Folha da Manhã» de São Paulo, que a ditadura de Salazar ali estabeleceu entre o Es-

tado e a nação, mostra-se muito inquieta com o fato de que o general Humberto Delgado esteja recebendo sempre novas adesões como candidato à presidência da Republica. Chega a definir os atuais vislumbres de liberdade no país como "batalha entre o Partido Comunista e a frente comum dos portugueses que desejam ser cidadãos livres num Portugal livre". Há evidente inversão dos termos do problema, de tal maneira que, se na brava nação lusitana a desejada liberdade encontra expressão na ditadura, deve ser mesmo excelente o "comunismo" português...

AOS LEITORES

Depois de uma interrupção de alguns meses, Portugal Democrático, reaparece hoje, vindo assim ao encontro do desejo manifestado pelos nossos compatriotas, que pretendem saber a verdade sobre a situação politica nacional. Neste momento de exaltação democrática, esperamos que os nossos leitores compreendam o sacrificio que representa a publicação deste jornal, auxiliando-nos por todas as formas ao seu alcance.

Portugal Democrático

Redação:
Rua Conselheiro Crispiniano, 379 - 6.º andar
sala 601 - Foné: 35-5922
São Paulo-Brasil

Diretor-Responsavel:
Otavio Martins de Moura
EXPEDIENTE
Dias uteis: das 9 às 18 hs.
Sabados: das 9 às 12 horas.

Este jornal aceita toda e qualquer colaboração que vise servir o "Portugal Democrático" com verdade e independência. Não dispõe de qualquer subsidio. Sua vida depende de todos os democratas brasileiros e portugueses que desejam vigore em Portugal um regime verdadeiramente democratico. A forma mais imediata de o ajudar, consiste em subscriver uma contribuição mensal, alem duma assinatura anual.

Assin. anual . . . 30 00
Assin. especial . . . 100,00
Numero avulso . . . 3,00